

Baeta critica Comissão Constituinte no Encontro de Jornalistas

Da Sucursal de Brasília

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Herman Assis Baeta, 53, disse na quinta-feira, em Brasília, que a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais "deu mais uma demonstração de que é elitista e desnecessária ao discutir a obrigatoriedade ou não do diploma para o exercício da profissão de jornalista". Segundo ele, os representantes da categoria não foram ouvidos, porque "a comissão de notáveis não desce às massas, não vai às praças públicas. Ela discute assuntos secundários, acessórios, e deixa os temas fundamentais para as elites decidirem".

Baeta fez estas afirmações na abertura do Encontro Nacional dos Jornalistas sobre "Comunicação na Constituinte", na noite de anteontem, no auditório Petrônio Portela, do Senado. O encontro, que termina segunda-feira, às 10h, está sendo

promovido pelo Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal e pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), com participação de 140 delegados dos 25 sindicatos da categoria em todo o país. Embora a questão do diploma não estivesse prevista em pauta, acabou predominando no debate de abertura.

O presidente da OAB afirmou que os trabalhadores precisam organizar-se para defender seus interesses. Disse que a liberdade de imprensa e os direitos humanos não saíram do papel, e que a comunicação precisa ter uma função social. Também defendeu a proposta do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, de criação de um Conselho Nacional de Comunicação Social para estabelecer a política do setor.

O presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Audálio Dantas, 56, que também falou na abertura do encontro, acusou os donos de empresas jornalísticas de "tentarem der-

ruar a regulamentação profissional", a pretexto de pôr fim à obrigatoriedade do diploma. "Isto significa que se quer derrubar conquistas obtidas em anos de luta e quebrar a organização sindical", disse.

O presidente do Sindicato dos Jornalistas do DF, Hélio Doyle, 35, condenou a censura, a Lei de Imprensa, "o monopólio da informação por grandes grupos econômicos e a campanha contra os cursos de comunicação". Também participaram do debate representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Central Geral de Trabalhadores (CGT) e da Confederação Nacional das Associações de Moradores, entre outros.

Automação

"Constituinte, Informática e Trabalho do Jornalista" foi um dos temas debatidos ontem no Encontro. Para os debatedores, o processo de

automação da imprensa escrita é inevitável, mas, segundo defenderam, é preciso que as discussões em torno do assunto parta deste princípio para que os profissionais possam adequar-se à nova realidade.

O secretário de redação da Sucursal de Brasília da Folha, Gilberto Dimenstein, 29, descreveu o processo implantado pelo jornal e disse que o principal beneficiado é o repórter. "E, quando o repórter é valorizado, quem ganha é o leitor", afirmou. Segundo Dimenstein, os repórteres da Folha serão cada vez mais responsáveis pela edição de seus textos, pois trabalharão diretamente com os terminais de computador.

O representante do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), Francisco Gonçalves, disse que é importante resguardar, na nova Constituição, o direito de todos às informações dos bancos de dados. Afirmou também que é importante

garantir a participação dos trabalhadores na introdução de novas tecnologias.

Fernando Domingues, que representou a Associação Brasileira da Indústria de Computação (Abicomp), disse que o desenvolvimento da indústria de informática só faz sentido quando isto reflete em benefícios concretos à população.

Órgãos públicos

O professor Murilo Ramos, da Universidade de Brasília (UnB), propôs que os órgãos públicos de comunicação sejam desatrelados do governo. Falando sobre o tema "Sistema Estatal, Sistema Público e Publicidade Oficial", ele sugeriu que a Empresa Brasileira de Notícias (EBN), a Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás) e a TV Educativa fossem dirigidas por um conselho, com participação majoritária de dirigentes de entidades representativas da sociedade.

O representante da Secretaria de Imprensa e Divulgação do Palácio do Planalto, César Amaral, disse que o atual governo defende a pluralidade ideológica, ouve a opinião pública e está aberto a críticas, pois acredita que isto faz parte do processo político. Disse que o presidente José Sarney tem procurado não intervir nos meios de comunicação, pois respeita o princípio de liberdade de expressão. Por isso, disse, o governo não usa os recursos destinados à publicidade para influenciar no conteúdo das publicações.

O diretor-superintendente da EBN, Luis Serrano, disse que desde que assumiu o cargo, há um ano, procurou transformá-la numa empresa jornalística, "pois antes ela fazia o antijornalismo". Afirmou que a EBN e as outras empresas oficiais ajudam o governo a tornar "transparentes" os seus atos. Hoje, a programação do encontro dos jornalistas é reservada a debate em grupos.